

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo

Class.:

153

Data 21 de outubro de 1978

Pg.:

Emancipação, para o Cimi, é genocídio

ESP-21.10.78

Da Sucursal de
BRASÍLIA

O presidente do Conselho Indigenista Missionário, dom Thomás Balduino, afirmou ontem, em Brasília, que a assinatura do decreto que regulamenta a emancipação dos índios, prevista no Estatuto do Índio, pode ser vista como uma forma de genocídio, pois "visa claramente permitir a violação futura de suas terras, patrimônio indispensável para a sobrevivência dessas comunidades". Para o bispo de Goiás Velho, o presidente Geisel está sendo pressionado por grupos interessados nas terras indígenas, quando coloca como meta prioritária a aprovação do projeto de emancipação pelo seu governo.

"Na minha opinião — acentuou — o crime que está sendo cometido contra o índio exige um apelo à solidariedade internacional. Não tenho a menor dúvida de que, dentro de pouco tempo, estaremos assistindo a uma forma de genocídio no Brasil, já que o índio sem a terra não sobrevive e para as Nações Unidas é considerado genocídio submeter intencionalmente um grupo a condições de existência que forçosamente acarreta a sua destruição física parcial ou total".

O bispo continuou afirmando que, nas agressões cometidas contra o índio, no passado,

o genocídio podia ser detectado de forma clara. "Agora — explicou — existem formas mais sutis, aparentemente limpas como a aprovação de mais este pacote criminoso".

O presidente do Cimi acha que o Estatuto do Índio, da forma como existe hoje, não deveria sofrer reformulações no momento. "Apesar de seus defeitos, trata-se, sem dúvida, da melhor legislação feita pelo branco no ponto referente à garantia das terras indígenas. Acho que o governo deveria levar em conta a posição unânime manifestada por antropólogos, indigenistas e missionários contra qualquer alteração no estatuto. Mais importante, agora é promover a demarcação das terras indígenas."

Dom Thomas estranhou, ainda, a participação de representantes do Conselho de Segurança Nacional numa comissão que será especialmente criada para promover "uma ampla revisão no estatuto", depois da aprovação do decreto da emancipação. "Acho que o governo, na realidade, está querendo estabelecer uma espécie de estatuto dos vencidos, estabelecendo normas para que ele viva quase como uma concessão em nosso território, esquecendo-se de que eles foram os primeiros ocupantes dessa terra".

Antropólogos condenam pressa

A Comissão Pró-Índio, organizada por antropólogos e estudantes do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, reuniu-se ontem, na USP, para discutir e elaborar o estatuto que a tornará juridicamente legal. A idéia da formação dessa comissão surgiu em abril, durante a Semana do Índio, mas só agora está se efetivando em face do decreto regulamentando a emancipação do índio, que deverá ser assinado no dia 30 de outubro.

"Está sendo regulamentado um artigo do Estatuto do Índio que consideramos de consequências graves — afirma Lux Vidal, antropóloga da USP. Por que essa pressa absurda de regulamentar a emancipação do índio, agora, se sabemos que haverá modificações a serem feitas por uma comissão que, daqui a 90 dias, dará o parecer sobre as modificações? Essa decisão não pode caber apenas à Funai".

Para a comissão, que conta com a adesão e apoio de grupos médicos, juristas e jornalistas e também de entidades internacionais, "não é o momento de regulamentar a emancipação, mas o de pensar nas responsabilidades da tutela. Ao aprovar o Estatuto do Índio, o Estado comprometeu-se a garantir proteção adequada às comunidades indígenas e sua cultura, até que cheguem à situação de se integrarem harmoniosamente à Nação".

Segundo a antropóloga, "se perguntarem ao índio se ele quer aceitar a emancipação e ele responder afirmativamente, ele terá que aceitá-la como ela for imposta: com todos os defeitos e imperfeições. É absurdo e imoral que se regule esse decreto apressado". Para Carlos Alberto Ricardo, antropólogo da Unicamp, "essa pressa faz com que aumentem as suspeitas de que há interesses econômicos nas terras indígenas".